

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA  
CAMILA STOLF MARQUES POTTES LINS**

**EDUCAÇÃO SEXUAL COM ADOLESCENTES:  
EM CENA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO**

**Florianópolis**

**2016**

**CAMILA STOLF MARQUES POTTES LINS**

**EDUCAÇÃO SEXUAL COM ADOLESCENTES:  
EM CENA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora: Dra. Luciana Patrícia Zucco

**Florianópolis**

**2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lins, Camila Stolf Marques Pottes

Educação sexual com adolescentes: em cena a produção de conhecimento / Camila Stolf Marques Pottes Lins ; orientadora, Luciana Patrícia Zucco - Florianópolis, SC, 2016.

43 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 3. Educação Sexual. 4. Sexualidade. 5. Adolescentes. 6. Escola. I. Zucco, Luciana Patrícia . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. III. Título.

CAMILA STOLF MARQUES POTTES LINS

EDUCAÇÃO SEXUAL COM ADOLESCENTES: EM CENA A PRODUÇÃO DE  
CONHECIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para  
obtenção do título de Especialista em  
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

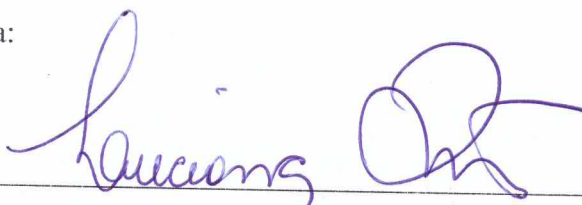
Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

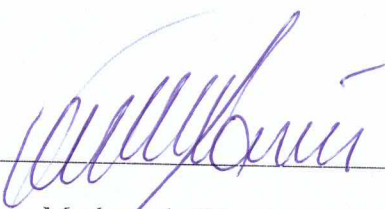


Olga Regina Zigelli Garcia

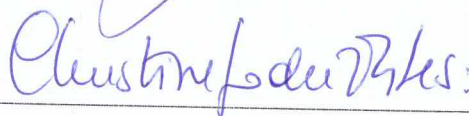
Banca Examinadora:



Luciana Patrícia Zucco



Marlene de Fáveri



Cristine Sodré Fortes

*Dedico este trabalho à juventude que têm ocupado escolas, endossando uma atitude de resistência, reverberando lucidez e revestindo este momento histórico com o sentimento de esperança que, nos tempos atuais, parece vagar por aí, desencontrado.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço às professoras e aos professores do Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC), pela generosidade da transmissão dos saberes e compartilhamento das valiosas experiências. Minha gratidão a todas/os as/os profissionais que compõem a coordenação do Curso, pela disponibilidade e atenção despendidas. Sou feliz e grata, também, à turma Bertha Lutz, da qual fiz/sou parte, pela agradável convivência ao longo destes dois anos e pela possibilidade das inúmeras trocas. Estar entre educadoras/es me ensinou sobre coragem e força.

Registro um agradecimento especial a duas pessoas fundamentais nesta trajetória: minha orientadora Luciana Patrícia Zucco, por seu comprometimento, cuidado e perspicácia na construção deste trabalho, por reconhecer o valor de minha escrita e me impulsionar positivamente; minha tutora Samira Maia Vigano – tutora da turma Bertha Lutz – por ocupar tão nobremente esse lugar e me inspirar a trabalhar com afeto e responsabilidade.

Por fim, agradeço o financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

*“Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.”*

*(Michel Foucault)*

## RESUMO

A sexualidade humana é um fenômeno da modernidade e tem sido veementemente socializada em diferentes espaços sociais. Desde o advento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, na segunda metade da década de 1990, a sexualidade é prevista como temário transversal da Orientação Sexual nas escolas (ensino fundamental e médio). Este trabalho analisou a produção de conhecimento sobre educação sexual com adolescentes a partir dos periódicos indexados na plataforma *Scielo*. Para tanto, realizou-se um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa de fevereiro a agosto de 2016. Foram localizados 18 artigos distintos que trabalham a temática; destes, apenas quatro (04) são publicações de periódicos que têm como eixo central a discussão da educação. A pesquisa considera que a abordagem conceitual do tema varia de acordo com a área de atuação, e que a educação, como campo de saber teórico-prático, não tem se destacado nas produções acadêmicas e científicas.

Palavras-chave: Educação Sexual. Sexualidade. Adolescentes. Escola.



## ABSTRACT

Human sexuality is a phenomenon of modernity and has been vehemently socialized in different social spaces. Since the advent of National Curriculum Parameters in the second half of the 1990s, sexuality is predicted to be a cross-curricular theme of Sexual Orientation in elementary and high schools. This work analyzed the production of knowledge about sex education with adolescents from the journals indexed in the *Scielo* platform. For that, a qualitative bibliographic study was carried out from february to august of 2016. 18 different articles were found that work on the theme; from these, only four (04) are periodical publications whose central axis is the discussion of education. The research considers that the conceptual approach of the theme varies according to the area of performance, and that education, as a field of theoretical-practical knowledge, has not been prominent in academic and scientific productions.

Keywords: Sex Education. Sexuality. Adolescents. School.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immunodeficiency Syndrome)

DST – Doença Sexualmente Transmissível

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EEB – Escola de Educação Básica

ESF – Estratégia Saúde da Família

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

IST – Infecção Sexualmente Transmissível

MS – Ministério da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PEP – Profilaxia Pós Exposição

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

SAE – Serviço de Atenção Especializada

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>12</b>
3.1	OBJETIVO GERAL .....	12
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>5</b>	<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>15</b>
5.1	CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO .....	15
5.2	SOBRE AS AUTORAS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO .....	22
5.3	SEXUALIDADE E SEUS SENTIDOS.....	23
5.4	A EDUCAÇÃO SEXUAL E SEUS SENTIDOS .....	30
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A sexualidade humana se constitui como um fenômeno da modernidade (FOUCAULT, 1999; GIDDENS, 1993). Saberes diversos acerca da sexualidade têm sido cada vez mais socializados em diferentes espaços, como: na mídia, na literatura, na internet, em palestras, nos diálogos informais, nas relações de amizade e entre gerações, evidenciando a possibilidade de trocas e de desconstruções sobre a temática. (ZUCCO; GARCIA, 2015).

Concomitante a esta realidade, a sexualidade na juventude tem sido objeto de atenção em nossa sociedade. (ALTMANN, 2007). No Brasil, o tema da sexualidade passa a ser amplamente inserido na escola a partir da segunda metade da década de 1990, com o advento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a inclusão da Orientação Sexual como tema transversal a ser trabalhado ao longo de todos os ciclos de escolarização.

Dois importantes fenômenos foram fundamentais nessa composição histórica: a vulnerabilidade dos/as jovens às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e ao HIV/AIDS, e os aumentos dos casos de gravidez na adolescência. Conforme Rios et al. (2002), a emergência desses dois fenômenos data do início da década de 1980 e ambos agrupam-se na categoria saúde sexual e reprodutiva como conjuntos de temáticas, problemáticas ou questões empíricas a serem trabalhadas pelas políticas sociais públicas. Devido à importância no processo de socialização dos adolescentes, a escola seria uma instituição importante para promover as discussões relacionadas à educação sexual. (BRÊTAS; SILVA, 2005).

Nesse cenário, o despreparo de professores para trabalhar o tema, o uso de mecanismos de controle, como a repressão ou a biologização da sexualidade, aliado à convivência das ciências médicas, dentre outros aspectos, acabam por vincular o exercício da sexualidade à prática das funções reprodutoras. (BRÊTAS; SILVA, 2005). A proposta de se trabalhar transversalmente o tema da educação sexual nas escolas, conforme recomendação dos PCN, tem se demonstrado de difícil implementação, permanecendo muito mais um ideal, do que uma realidade do cotidiano escolar. (ALTMANN, 2007).

Sendo a sociedade marcada por um caráter disciplinar, repleta de dispositivos de controle social e sexual (BRÊTAS; SILVA, 2005) e tendo em vista a forte hierarquia de gênero e a ausência de uma formação adequada sobre sexualidade no contexto familiar e escolar que marcam os relacionamentos entre adolescentes (ALVES; BRANDÃO, 2009), a educação sexual nas escolas parece constituir um desafio.

Estudos (ALTMANN, 2009; ALVES; BRANDÃO, 2009; BRETAS; SILVA, 2005) destacam que o trabalho escolar sobre a sexualidade parece estar, de forma majoritária, pautado na intenção de normatizar e controlar a vida sexual dos/as adolescentes a partir de um viés meramente informativo, em conformidade à preposição sublinhada. Desse modo, buscase, no presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), compreender a produção de conhecimento acerca da educação sexual com adolescentes a partir dos periódicos indexados na plataforma *Scielo*.

## 2 JUSTIFICATIVA

Há quase dois anos sou psicóloga no Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Gaspar – Santa Catarina/SC. Meu interesse pela temática da sexualidade se constrói a partir dessa experiência, aliado aos estudos provenientes do percurso da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola – GDE (IEG/UFSC). Ao longo desse tempo, estou vinculada ao Serviço de Atenção Especializada (SAE), antigo Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde (MS).

Conforme a organização do fluxo de serviços municipais de saúde, o SAE é referência no acolhimento e cuidado às pessoas que vivem com HIV/AIDS e/ou realizam tratamento para outras doenças infectocontagiosas, tais como tuberculose, hepatites virais, hanseníase, etc. É um serviço integrante da Vigilância Municipal de Saúde e, portanto, atende às demandas de diferentes níveis de complexidade da rede, com destaque às ações de prevenção no viés da educação em sexualidade.

Sua composição compreende uma equipe técnica que conta com: duas (02) enfermeiras, sendo que uma ocupa o cargo de coordenação; uma (01) técnica de enfermagem; uma (01) médica infectologista; um (01) farmacêutico, cuja atuação se dá na farmácia de alto custo; uma (01) assistente social; uma (01) psicóloga. O SAE se organiza de tal modo que disponibiliza atuação conjunta com os demais serviços<sup>1</sup> na modalidade de educação sexual.

As articulações se dão a partir do contato das próprias escolas, geralmente a partir do/a professor/a da disciplina de biologia ou através do/a coordenador/a pedagógico/a da instituição. Por vezes, é a própria unidade de saúde de abrangência que faz o contato com o SAE, dialogando com a equipe psicossocial (assistente social e psicóloga) e repassando o contato da escola que lhe endereçou o pedido. Nesse sentido, percebe-se certo distanciamento entre os serviços da rede no que concerne ao desenvolvimento desta modalidade interventiva. Não raras vezes, as Estratégias Saúde da Família (ESF)<sup>2</sup> permanecem alheias ao processo de construção e efetivação das ações.

Dentre todas as disciplinas oferecidas pelo GDE, foram duas as que versaram sobre as experiências (muito) presentes em meu trabalho: *Sexualidades: Dimensão Conceitual, Diversidade e Discriminação*, ministrada pela professora Olga Regina Zigelli Garcia e pelos

---

<sup>1</sup> Os serviços que atuam conjuntamente com o SAE na operacionalização das ações de educação sexual são as Estratégias Saúde da Família (ESF) da Rede Municipal de Saúde e as Escolas de Educação Básica (EEB) da Rede Municipal e Estadual de Ensino.

<sup>2</sup> Atualmente, Gaspar conta com 16 ESF.

professores Leandro Castro Oltramari e Rodrigo Otavio Moretti-Pires; *Saúde, Sexualidades e Reprodução*, ministrada pelas professoras Olga Regina Zigelli Garcia e Luciana Patrícia Zucco. Ambas correlacionaram, sobretudo, as categorias gênero e sexualidade com o campo da saúde coletiva, intersecção fundamental para a escolha da área temática *sexualidade* no desenvolvimento do presente TCC.

Em um primeiro momento, o SAE aparece como o equipamento que se dispõe a “tratar” das pessoas acometidas pelas Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e orientar sobre a adoção de práticas sexuais seguras por meio do uso de preservativo ou na busca pela Profilaxia Pós Exposição (PEP) disponibilizada pelo serviço. Ao sublinhar o tratar, existem perspectivas diversas inseridas em um mesmo espaço de atuação: o tratamento clínico, o assistencial, o farmacológico. Permeando e permeada por essa dinâmica, há a perspectiva psicossocial, que, por vezes, ocupa um lugar secundarizado nos serviços de saúde. Ao problematizar o paradigma médico-higienista, cujas condutas verticais e normativas frente à vida sexual do sujeito constituem características expressivas, o fazer psicossocial é revestido sob a premissa de escutar o sujeito para, então, situar e trabalhar suas demandas.

É a partir do cenário sublinhado que escolho a sexualidade como eixo temático da pesquisa a ser realizada, particularmente, a sexualidade no âmbito da educação sexual. É quase como se o tema me escolhesse, pois não há desvinculação possível entre a mesma e as tessituras vivenciadas cotidianamente, sobretudo, pelas usuárias/os que chegam ao SAE. Vale mencionar que esses sujeitos, em contextos de condição crônica, permanecem vinculados ao serviço por toda a vida.

O modelo vigente de sexualidade, localizado a partir das ciências biomédicas, suas implicações e consequências, determina modos de vida nas dimensões social, sexual e afetiva, bem como engendra padrões de sofrimento. Tomando como pano de fundo esse panorama, pode-se pensar na necessidade de mapear o atual campo das pesquisas, o pensamento acadêmico e os principais questionamentos quando o assunto é educação sexual com adolescentes, a fim de contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas e sociais destinadas à população jovem no que concerne ao campo da educação sexual nas escolas.

### 3 OBJETIVOS

#### 3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a produção de conhecimento sobre educação sexual com adolescentes a partir dos periódicos indexados na plataforma *Scielo*.

#### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Levantar a literatura disponível referente à temática da educação sexual nos artigos da área da educação.
2. Identificar as concepções de sexualidade e educação sexual reproduzidas nos artigos localizados.
3. Mapear as tendências teóricas que informam tanto as discussões de sexualidade quanto de educação sexual.



#### 4 METODOLOGIA

A pesquisa consistiu em um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa, realizada nos meses de fevereiro a agosto de 2016. O *corpus* foi composto por periódicos indexados pela plataforma *Scielo*. A escolha desta se deu em função do amplo acesso disponibilizado pela plataforma à produção científica brasileira, bem como pela qualidade e relevância dos artigos ali dispostos.

O percurso da coleta de dados foi constituído por três (03) momentos devido à insuficiência dos resultados. No primeiro momento, utilizaram-se as palavras-chave “educação sexual and adolescência and políticas públicas” e se identificou um (01) artigo da área da educação. Em seguida, decidiu-se por ampliar a coleta de dados, a partir das palavras-chave “educação sexual and adolescência and sexualidade”. Foram identificados 17 artigos, sendo seis (06) da psicologia, cinco (05) da enfermagem, três (03) da educação, dois (02) da medicina e um (01) das ciências sociais e humanas, que teve como foco a educação. Por último, com as palavras-chave “educação sexual and adolescência and escola”, foram levantados cinco (05) artigos, sendo três (03) da educação, um (01) da psicologia e um (01) da enfermagem. Cabe destacar que dos 23 artigos identificados, um (01) foi identificado em todas as “buscas” e três (03) no segundo e no terceiro momentos. Desse modo, contabilizaram-se 18 artigos distintos.

Em momento posterior, os 18 artigos selecionados foram segmentados de acordo com os seus respectivos campos de saber teórico-prático, resultando na seguinte configuração: seis (06) da enfermagem, seis (06) da psicologia, três (03) da educação, dois (02) da medicina e um (01) das ciências sociais e humanas.

Na análise dos dados, foram trabalhadas, de modo geral, as características de todos os artigos. A discussão foi aprofundada através da técnica de análise temática, proposta por Bardin (2010), particularmente dos sentidos dos núcleos temáticos dos artigos oriundos das Revistas de Educação (03) e do recorte da abordagem, *stricto sensu*, na educação (01). Segundo a autora, uma análise temática implica na descoberta de núcleos de sentido que constituem a comunicação de um texto, cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico. (BARDIN, 2010).

O recorte da análise em torno dos artigos que têm como eixo central a discussão de educação se justifica na medida em que a escola se constitui como terreno fértil no espectro da educação sexual, devido a suas possibilidades de ações intersetoriais com os equipamentos

da rede de saúde, ao caráter preventivo das atividades educacionais e à logística que institui presença obrigatória nessa instituição – no mínimo quatro horas ao dia – por parte de crianças e adolescentes. Ao encontro dessas preposições, sublinha-se a importância que os periódicos indexados na plataforma *Scielo* sustentam e exercem tanto na trajetória acadêmica de estudantes quanto na formação continuada de profissionais, com especial destaque, aqui, as/os profissionais da educação.

## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A apresentação dos resultados está disposta a partir da análise geral das características dos artigos selecionados, considerando: a predominância de mulheres autoras em detrimento da autoria de homens; a contextualização do momento histórico das publicações; o mapeamento das tendências teóricas acerca do tema, conforme as especificidades de cada área; a formação das autoras dos artigos que têm como foco a educação. Posteriormente, foram analisados os sentidos sobre sexualidade e educação sexual destes mesmos artigos/periódicos.

### 5.1 CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO

**Tabela 1 – Artigos selecionados para a análise desta pesquisa**

Texto	Área	Nome do Artigo	Revista	Ano	Autoras/es
01	Enfermagem	A construção da sexualidade de estudantes de enfermagem e suas percepções acerca da temática	Ciencia y enfermaria	2014	Graciela Dutra Sehnem; Eva Neri Rubim Pedro; Maria de Lourdes Denardin Budó; Fernanda Machado da Silva; Lúcia Beatriz Ressel
02	Enfermagem	Adolescente e Sexualidade: as possibilidades de um projeto de extensão na busca de uma adolescência saudável	Avances en Enfermaría	2013	Christine Baccarat De Godoy Martins; Solange Pires Salomé De Souza
03	Enfermagem	Adolescência e sexualidade: scripts sexuais a partir das representações sociais	Revista Brasileira de Enfermagem	2013	Senei da Rocha Henrique Macedo; Francisco Arnoldo Nunes de Miranda; João Mário Pessoa Júnior; Vannucia Karla de Medeiros Nóbrega
04	Ciências Sociais e Humanas	Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente	Sexualidad, Salud y Sociedad	2013	Helena Altmann
05	Educação	Sexualidade na	Rev. Bras.	2012	Patrícia Mattos Caldeira

		deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes	Ed. Esp.		Brant Littig; Daphne Rajab Córdia; Luciana Bicalho Reis; Erika da Silva Ferrão
06	Enfermagem	Sexualidade na adolescência: mitos e tabus	Ciencia y enfermaria	2012	Christine Baccarat de Godoy Martins; Fabiana Maria De Almeida; Lidiane Cristina Alencastro; Karla Fonseca De Matos; Solange Pires Salomé De Souza
07	Psicologia	Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural	Psicologia em Estudo	2012	Ana Cláudia Bortolozzi Maia; Nadia Mara Eidt; Bruna Mares Terra; Gabriela Lins Maia
08	Psicologia	Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves	Psicologia Clínica	2012	Cíntia de Sousa Carvalho; Elisângela Ribeiro da Silva; Solange Jobim e Souza; Raquel Gonçalves Salgado
09	Medicina	Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência	Revista da Associação Médica Brasileira	2012	Silvia Piedade de Moraes; Maria Sylvia de Souza Vitale
10	Enfermagem	Estilos de vida na adolescência: comportamento sexual dos adolescentes portugueses	Revista da Escola de Enfermagem da USP	2011	Maria Margarida da Silva Reis dos Santos Ferreira; Maria Constança Leite de Freitas Paúl Reis Torgal
11	Psicologia	Iniquidade, Etnicidade e Educação Sexual	Psicologia, Saúde & Doenças	2011	Sónia Pereira; Margarida Gaspar de Matos; Isabel Leal
12	Psicologia	Gênero, sexualidade e práticas de prevenção das DST/Aids: produções discursivas de profissionais da saúde da família e de adolescentes do Vale do São Francisco	Psicologia: teoria e prática	2010	Juliana Sampaio; Leilane Almeida Paixão; Paula Matos Andrade; Tatiany Soares Torres
13	Educação	Educação sexual em uma escola: da reprodução à prevenção	Cadernos de Pesquisa	2009	Helena Altmann
14	Educação	A sexualidade	Educação em	2007	Helena Altmann

		adolescente como foco de investimento político-social	Revista		
15	Psicologia	Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros	Psicologia em Estudo	2007	Elisângela Maria Machado Pratta; Manoel Antonio dos Santos
16	Medicina	Adolescência e contracepção de emergência: Fórum 2005	Revista Paulista de Pediatria	2007	Maria Ignez Saito; Marta Miranda Leal
17	Enfermagem	Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar	Acta Paulista de Enfermagem	2006	Leilane Barbosa de Sousa; Janaína Francisca Pinto Fernandes; Maria Grasiela Teixeira Barroso
18	Psicologia	Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais	Estudos de Psicologia	1999	Ana Cristina Garcia Dias; William B. Gomes

Os artigos são majoritariamente produzidos por mulheres, ou seja, são 42 autoras e cinco (05) autores. Desse modo, propomos algumas reflexões a partir de uma perspectiva de gênero.

Inicialmente, cabe sublinhar o cuidado como um elemento fortemente associado à mulher, na medida em que, ao longo da história, as mulheres sempre desempenharam o papel de cuidadoras. Marcondes e Yannoulas (2012), citando Bandeira (2010), compreendem o cuidado como um dos desdobramentos específicos do trabalho de reprodução social, que abarca um conjunto de atividades referenciadas pelas atribuições de gênero. O cuidado, para as autoras, pode ser entendido como

[...] uma prática social que, ancorada na divisão sexual do trabalho, tem como objetivo atender às necessidades humanas concretas, combinando um “estar à disposição de” com o trabalho de interação face a face entre quem cuida e quem é cuidado, em uma relação de interdependência. Trata-se de uma prática social essencial para a própria sustentabilidade da vida humana. (MARCONDES; YANNOULAS, 2012, p. 175).

Especialmente no que se refere às mulheres, Pedreira (2008) observa que há uma expectativa social para que ocupem um lugar de responsabilidade e disponibilidade frente às necessidades de outrem. Trata-se de um papel que extrapola o âmbito familiar. Kittay (1999) denomina tal papel de ‘trabalho para a dependência’: um trabalho que não tem como premissa a vinculação ao mercado, podendo ser não-remunerado ou remunerado modestamente, uma vez que o trabalho para a dependência não possui status de profissão. Não obstante, mesmo a profissionalização e a institucionalização contribuem para a desvalorização e invisibilidade da pessoa cuidadora na sociedade ocidental moderna. (PEDREIRA, 2008).

De acordo com Alves (2014), os processos de socialização têm um caráter basilar na preparação das mulheres para o ato de cuidar, ou seja, para tornarem-se cuidadoras. A autora sinaliza que “[...] tanto homens como mulheres esperam que sejam elas a cuidar”. (BRUBAKER; BRUBAKER, 1992 apud ALVES, 2014, p. 99).

Embora, atualmente, a socialização das mulheres comporte também o espaço público, além do doméstico, a lógica inversa, voltada aos homens, não se dá na mesma proporção. Isto é, a participação crescente das mulheres no âmbito do trabalho assalariado não foi acompanhada de uma maior inserção dos homens no trabalho doméstico. Assim, as mulheres seguem a ser as principais responsáveis no contexto doméstico e no cuidado de pessoas dependentes. (TORRES et al., 2005; ALVES, 2014).

A partir desse prisma, podemos pensar as áreas do conhecimento em que os artigos estão situados e que compõem, de forma majoritária, o *corpus* da pesquisa, a saber: enfermagem, psicologia e educação. Estas constituem espaços ocupados por mulheres, sendo tais profissões compreendidas como essencialmente femininas. (SIMÕES, 2012).

Todos os 18 artigos datam deste século, com exceção de um (01) artigo da psicologia, datado de 1999. Pressupõe-se que não ao acaso tais publicações emergem nesse período no cenário brasileiro. A segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI são marcadas por acontecimentos históricos que impulsionam a discussão sobre sexualidade e temas consoantes – sexo, gênero, reprodução, entre outros – em políticas públicas diversas, inclusive na educação.

Tomemos como nota os conceitos de direitos reprodutivos e direitos sexuais, cujas construções conceituais são decisivamente contemporâneas, tendo lugar na segunda metade dos anos 1990, e provenientes de duas Conferências Intergovernamentais da Organização das Nações Unidas (ONU): Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, Cairo, 1994, e IV Conferência Mundial das Mulheres, Pequim, 1995. Estas são novas definições que têm como pilar os princípios fundamentais de direitos humanos e balizam relações e práticas

nas esferas da reprodução e da sexualidade, informando estados, instituições, grupos e indivíduos a se pautarem nessa perspectiva. (BARRETO et al., 2015).

Dinâmicas econômicas, demográficas e epidemiológicas que marcaram o período assinalado acima também são fundamentais para situar o presente debate. Entre as principais, destacam-se: a emergência de novos padrões de produção e consumo; a crescente inserção das mulheres no mundo do trabalho não doméstico; a aceleração da urbanização; os enormes ganhos educacionais registrados nos últimos sessenta anos, inclusive no caso da população feminina; a individuação das identidades; as transformações profundas das estruturas familiares, dos padrões de fecundidade e da intimidade; o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e da biomedicina, que estão modificando rápida e radicalmente tanto as possibilidades de interação pessoal, sexual e amorosa quanto os padrões de procriação. (BARRETO et al., 2015).

De acordo com o próprio PCN, a partir de meados dos anos 1980, a demanda pela temática da sexualidade nas escolas aumentou significativamente por conta da incidência da gravidez indesejada entre adolescentes e do risco da infecção pelo HIV entre jovens. O documento afirma que os pais reivindicam a orientação sexual nas escolas, reconhecendo sua importância e também a dificuldade de abordar o assunto no espaço familiar. (BRASIL, 1997).

A educação sexual constitui categoria utilizada pelos 18 artigos identificados. Entretanto, a mesma não compõe o eixo central do *corpus*. Parte destes apenas alude brevemente, sem discorrer ou aprofundar o tema. Ocorre também de alguns artigos abordarem a questão sem fazer uso da terminologia *educação sexual*. A temática da educação sexual com adolescentes no contexto escolar, especificamente, aparece em: quatro (04) artigos da enfermagem, quatro (04) artigos da psicologia, dois (02) artigos da educação, um (01) artigo da medicina e um (01) artigo das ciências sociais e humanas, totalizando, assim, 12 dos 18 artigos.

Quanto aos artigos da enfermagem, todos abarcam gravidez na adolescência e vulnerabilidades de jovens às IST como demandas que justificam seus estudos. Abaixo, seguem citações retiradas dos textos dois (02), seis (06), 10 e 17, respectivamente:

Devido ao conjunto de transformações sofridas na adolescência, que se traduz em um campo de descobertas e experimentações, essa fase está frequentemente ligada a uma maior vulnerabilidade, vinculada ao fenômeno da descoberta da sexualidade, da gravidez não planejada, da Aids e das doenças sexualmente transmissíveis, da exposição a drogas, da violência, da marginalidade, entre outros *eventos negativos*. Frente a esta nova demanda, a

área da saúde precisa desenvolver um referencial específico para abordar as questões da sexualidade na adolescência. (MARTINS; SOUZA, 2013, p. 170, grifo nosso).

[...] se fazem necessários investimentos nos serviços de saúde para que se possa modificar os *indicadores negativos* como gravidez precoce, adolescentes portadores de DST/HIV, casos de violência, entre outros (BERTONI et al., 2009). (ALMEIDA et al., 2012, p. 34, grifo nosso).

Vários estudos têm demonstrado que actualmente os adolescentes de ambos os sexos iniciam relações sexuais mais cedo (BEKAERT, 2005; BORGES, 2007; DUREX, 2005; WHO, 2004). O início desta actividade não está contudo associado a uma educação sexual consistente, nem tão pouco a um conhecimento da fisiologia, ou dos aspectos biológicos do sexo ou da reprodução, por isso muitos não utilizam medidas contraceptivas (FERREIRA; AMADO, 2006; UNITED POPULATION FUND, 2003) ou utilizam mal ou de forma inconsistente o preservativo, o que aumenta, não só o *risco* de gravidez, como também de infecções sexualmente transmitidas (IST's) (BEKAERT, 2005; UNICEF, 2002). (FERREIRA; TORGAL, 2011, p. 590, grifo nosso).

Dados revelam que, no mundo, uma em cada três adolescentes de 19 anos já é mãe ou está grávida do primeiro filho, somente 30% dos jovens usam métodos contraceptivos e, pelo menos, 1/3 das 30 milhões de pessoas infectadas pelo HIV têm entre 19 e 24 anos (ROCHA, 2004). Esses *problemas* poderiam ser evitados se o adolescente encontrasse no ambiente familiar liberdade para discutir sobre sexo e sexualidade. (SOUSA; FERNANDES; BARROSO, 2006, p. 409, grifo nosso).

Podemos identificar nas unidades de contexto acima dois eixos de discussão. O primeiro empreende a compreensão de uma sexualidade adolescente ‘imatura’, em processo de descoberta e, portanto, vulnerável à gravidez e às IST. Historicamente, essa concepção começa a tomar forma a partir de 1985, período definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Juventude. Este marco institucional culminou no delineamento das necessidades dos jovens e promoveu mudanças nas expectativas sociais frente a esse momento da vida, no sentido de reservá-lo prioritariamente aos estudos e ao ingresso em melhores condições no mercado de trabalho. (SABÓIA, 1998 apud AQUINO et al., 2003).

Stern e Garcia (1999 apud AQUINO et al., 2003) descrevem que, na área da saúde, o processo de transição da infância à vida adulta é comumente naturalizado, ao mesmo tempo em que é entendido a partir de um caráter “imaturo” e “irresponsável” dos jovens. Os quatro (04) artigos da enfermagem – dois (02), seis (06), 10 e 17 – partem justamente desta premissa: de que a adolescência é uma etapa suscetível a eventos e indicadores negativos, pensados a



partir de um viés de risco/problema. Os quatro (04) artigos da psicologia – sete (07), oito (08), 11 e 12 – problematizam tal proposição.

O segundo eixo diz respeito à preocupação, reverberada nos artigos analisados, acerca dos indicadores de saúde, expressa, sobretudo, em função do aumento da proporção de mulheres gestantes com menos de 20 anos ao longo da década de 1990 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002) e da crescente taxa de detecção de casos de AIDS entre jovens, no período de 2005 a 2014. (UNAIDS, 2016). Nessa via, há uma compreensão compartilhada de que se faz necessária a identificação de estratégias para reduzir e/ou evitar os riscos/problemas existentes na adolescência. Tais estratégias parecem estar associadas à dimensão informativa e à abertura familiar para a discussão do tema.

No que concerne à gravidez na adolescência, Heilborn et al. (2002 apud AQUINO et al., 2006) agregam contribuição valiosa ao debate, afirmando que esse fenômeno não é linear, pelo contrário, ocorre no entremeio de relações sociais complexas, sendo fundamental inseri-lo no quadro das relações e atribuições de gênero. Estas autoras reiteram o valor e a necessidade da categoria gênero em tais análises, inclusive, nas desenvolvidas no âmbito da saúde, uma vez que a gravidez na adolescência é considerada, desde o século XX, um problema de saúde pública.

O artigo da medicina, que contempla o tema da educação sexual com adolescentes, comunga do argumento dos artigos da enfermagem, qual seja: a educação sexual como forma de prevenção da gravidez na adolescência e de IST. Conforme o texto 16:

A adolescência caracteriza-se por mudanças, transformações e experimentações que vinculam essa fase da vida à *vulnerabilidade e risco*. Alguns desses riscos estão relacionados ao exercício inadvertido ou impensado da sexualidade, cujas conseqüências são bem conhecidas: gravidez precoce, aborto e doenças sexualmente transmissíveis, entre as quais HPV e AIDS. É fundamental, portanto, que a assistência a essa faixa etária inclua o enfoque de prevenção, na qual a educação sexual seja vista como um processo do qual é parte relevante a orientação anticoncepcional, incluindo-se nesta a contracepção em situações de emergência. (SAITO; LEAL, 2007, p. 180, grifo nosso).

Esta chave de entendimento, que concebe a gravidez na adolescência e a epidemia do HIV/AIDS como problemas sociais e, portanto, carentes de resolução, não aparece nos artigos da psicologia. O texto 12, que trata das produções discursivas de profissionais de saúde e adolescentes sobre gênero, sexualidade e práticas de prevenção das IST/AIDS, problematiza as implicações de tal enfoque:

[...] perpassam, no cotidiano da atual sociedade, narrativas sobre a adolescência como um período de crises, desordens e irresponsabilidades, sendo a gravidez na adolescência e o risco de contrair o HIV os principais exemplos dessa irresponsabilidade, percebida como um problema social a ser combatido. [...] O fato de esses profissionais de saúde compreenderem a adolescência como um período de crises e de práticas inconsequentes repercute diretamente em suas ações. São comuns relatos de que o trabalho de prevenção com os adolescentes é em vão, pois estes, mesmo bem informados, tendem a não manter um comportamento preventivo. (SAMPAIO et al., 2010, p. 179).

O que esse texto traz, em contraste com os demais, é a perspectiva reflexiva em torno das narrativas sociais que insistem em reduzir a adolescência a um período meramente conflitante. Brandão (2006) adverte que, tradicionalmente, os jovens são vistos como o grupo social que reflete a continuidade ou a ruptura de valores transmitidos. Acontece que quando os mecanismos responsáveis pela integração social são questionados, tende-se a perceber a juventude como ‘disruptiva’. No cerne dessa compreensão há um teor moral que desencadeia uma espécie de ‘pânico moral’, fruto de medos e angústias relativas à reivindicação de uma outra ordem social, expressa por normas sociais. (ABRAMO, 1997 apud BRANDÃO, 2006).

O texto quatro (04) das ciências sociais e humanas, bem como os textos 13 e 14 da educação, esmiúçam no desenrolar das elaborações propostas o olhar que busca pautar a educação sexual com adolescentes para além do argumento biomédico, considerando os diversos cenários e atores envolvidos no contexto social que enquadra o exercício da sexualidade. É o que veremos no item 5.3.

## 5.2 SOBRE AS AUTORAS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Para dar visibilidade ao lugar de fala das agentes da produção, uma vez que o contexto de produção dos dados orienta os discursos fomentados nos artigos selecionados, bem como os tipos de estudos, abordagens utilizadas e resultados decorrentes, opta-se por situar as formações das autoras que têm como foco a educação, conforme demonstra a tabela abaixo. O levantamento de dados ocorreu *online* na plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A consulta ao currículo Lattes das autoras ocorreu em 25 de novembro de 2016 no seguinte endereço eletrônico: <<http://lattes.cnpq.br>>

**Tabela 2 – Sobre as autoras da área da educação do *corpus***

<b>Nome</b>	<b>Formação</b>	<b>Profissão</b>
Daphne Rajab Córdia	<b>Pedagoga</b>	-
Erika da Silva Ferrão	<b>Psicóloga</b> , doutorado em Psicologia	Docente na UVV
Helena Altmann	<b>Educadora Física</b> , mestrado em Educação; doutorado em Educação	Docente na UNICAMP
Luciana Bicalho Reis	<b>Psicóloga</b> , mestrado em Psicologia; doutorado em Psicologia	Docente na UVV
Patrícia Mattos Caldeira Brant Littig	Graduação em <b>Direito</b> , graduanda em Psicologia	-

Em relação às autoras, todas são do sexo feminino. Três (03) das cinco (05) possuem mestrado e doutorado. Dentre elas, há três (03) com formação na área das ciências humanas (01 pedagogia; 02 psicologia); uma (01) é graduanda do curso de psicologia e formada na área das ciências sociais aplicadas (direito); uma (01) possui formação na área das ciências da saúde (educação física). Três (03) autoras são docentes em universidades; destas, duas (02) têm vínculo em instituição particular e uma (01) em instituição pública. Duas (02) autoras não apresentam no currículo Lattes suas atuações profissionais.

### 5.3 SEXUALIDADE E SEUS SENTIDOS

As perspectivas de todas as autoras se pautam no **conceito ampliado** de sexualidade. Na medida em que o modelo biomédico não é apreendido como legítimo e absoluto, reconhece-se a sexualidade como um direito que faz parte da vida humana. O texto cinco (05) expressa de modo significativo tal compreensão

Observa-se, que sexualidade é compreendida de forma mais ampla, abrangendo o indivíduo em suas várias extensões (biológica, psicológica, social e cultural). Devendo assim, ser respeitada como um direito inerente a

todos os indivíduos e vivenciada conforme a individualidade de cada um. (MAIA; CAMOSSA, 2003 apud LIGGIT et al., 2012, p. 471).

Nesse sentido, os textos quatro (04), 13 e 14, que tratam da temática da sexualidade no interior das práticas educativas brasileiras, problematizam a predominância da perspectiva biológica da sexualidade no contexto escolar, como destaca o texto quatro (04):

[...] a educação sexual posta em prática dentro das escolas está, não raro, pautada em uma perspectiva biológica da sexualidade, o que se relaciona à forma como a sexualidade se constitui enquanto área de saber-poder na sociedade e adentra o espaço escolar. (ALTMANN, 2010 apud ALTMANN, 2013).

Segundo Zucco e Minayo (2009), existem duas posições que demarcam o debate sobre sexualidade: o essencialismo e o construtivismo social. É a teoria essencialista que engessa a sexualidade na ordem biológica, considerando-a a partir de aspectos inatos e, portanto, “imutáveis”. Nessa leitura, a sexualidade se reduz ao corpo e às suas funções biológicas. Sob a ótica da naturalização da sexualidade, esta passa a ser entendida como condição universal compartilhada por todos os sujeitos. (ZUCCO; MINAYO, 2009).

Os textos 13 e 14 fazem uma crítica a esse modelo teórico, bem como às estratégias metodológicas adotadas pelas escolas para discutir o tema. A autora dos textos, Helena Altmann, afirma que, concretamente, o conteúdo é trabalhado somente através dos livros didáticos de Ciências ou de Biologia, ficando sob responsabilidade dos/as docentes dessas disciplinas o desenvolvimento da temática. (ALTMANN, 2009; 2007).

Os textos quatro (04), 13 e 14 localizam a **reprodução** como eixo central dos estudos e/ou das discussões sobre sexualidade no âmbito escolar, sendo também um dos sentidos identificados desse núcleo temático. De acordo com o texto 13, “O corpo humano é concebido como um organismo, vale dizer, é descrito em sua hierarquia funcional, em que cada um dos órgãos é estudado tendo como foco principal a função reprodutiva”. (ALTMANN, 2009, p. 196).

Este texto, que consiste em uma pesquisa etnográfica em uma escola municipal de ensino fundamental da Zona Sul do Rio de Janeiro, entre agosto de 2002 e julho de 2003, demonstra a abordagem da sexualidade em sala de aula:

Ali, toda a ênfase era dada ao sistema reprodutor, à geração de uma nova vida, à gravidez, ao parto, enquanto informações sobre adolescência, métodos anticoncepcionais, Aids, DST apareciam como anexos. Assim, no

livro utilizado pela escola, a relação sexual era sistemática e exclusivamente relacionada à reprodução. (ALTMANN, 2009, p. 191).

Em sua tese de doutorado, Garcia (2007) pontua que essa lógica é predominante também no universo acadêmico. Segundo a autora, no tocante aos currículos dos cursos de enfermagem e medicina, muito pouco se fala de sexualidade, uma vez que o enfoque dos conteúdos programáticos é sobre o aparelho reprodutor masculino e feminino, limitando-se apenas ao processo de reprodução. (GARCIA, 2007).

Coletto (2012), em sua dissertação de mestrado, investigou os materiais didáticos provenientes de ações de formação continuada sobre sexualidade para educadores/as, que foram promovidas por instituições públicas de ensino superior, com o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), no período de 2004 e 2007. A pesquisa buscou compreender como os direitos reprodutivos são abordados nos materiais didáticos que foram desenvolvidos para essa formação, priorizando, em especial, as tecnologias reprodutivas, contraceptivas e conceptivas, e o aborto. Os resultados apontaram que gravidez e métodos contraceptivos são temáticas quase inexistentes nos capítulos teóricos, não obstante presentes nas sugestões de atividades com os/as alunos/as. Igualmente, as tecnologias conceptivas não constaram no material didático e o aborto foi trabalhado de forma pontual junto à gravidez na adolescência, sendo este um tema presente nas sugestões de atividades e tomado a partir de uma ótica majoritariamente moral. (COLETO, 2012).

O texto quatro (04) abarca as implicações dessa abordagem no contexto da diversidade sexual, pontuando que “[...] em uma perspectiva reprodutiva tradicional, a diversidade sexual não é contemplada, pois a sexualidade é tida apenas segundo seu enfoque heterossexual”. (ALTMANN, 2013, p. 78). A autora faz menção à contribuição do movimento feminista e dos estudos de gênero na desnaturalização das diferenças entre homens e mulheres, julgando que a perspectiva construtivista precisa ser considerada quando se abordam temas relacionados à diversidade sexual e à sexualidade. (ALTMANN, 2013).

Garcia (2007), citando Mott (2007), corrobora com esse pensamento ao destacar que o biologismo pode legitimar atitudes normativas “perigosas” para a sexualidade, haja vista que certas condutas são tomadas como naturais e outras como desviantes ou antinaturais. Para o autor, a biologia é maleável, sendo que o meio e a cultura alteram o caráter biológico da sexualidade humana. (MOTT, 2007 apud GARCIA, 2007).

Heilborn (1997) aponta que o conceito de gênero, proveniente das ciências sociais, existe para diferenciar a dimensão biológica da social. Isto é, baseia-se na premissa de que há

machos e fêmeas na espécie humana, mas que a cultura é fundamental na construção da qualidade de ser homem e de ser mulher.

O enfoque construtivista contrapõe-se a uma visão essencialista da sexualidade, que a concebe como um instinto ou uma força motriz presente em toda a humanidade. É a cultura a grande responsável pela transformação de corpos sexuados em corpos socializados, inseridos estes em redes de significados que definem categorizações de gênero, de orientação sexual e de escolha de parceiros; é por intermédio de valores que se modelam, se orientam e se esculpem os desejos e as trajetórias sexuais-amorosas. (HEILBORN, 1997, p 04).

Desse modo, os textos quatro (04), 13 e 14, cuja autoria é a mesma, evidenciam, no desenrolar de suas formulações, o tom de criticidade frente às concepções meramente organicistas da sexualidade, apontando os limites de práticas educativas pautadas nessa perspectiva. A exclusão de abordagens que compreendam a sexualidade como uma experiência que se configura de forma plural, envolvendo afeto, erotismo, prazer, sensualidade, entre outros aspectos, produz implicações nas atividades educacionais que tenham objetivos preventivos, correndo o risco de se tornarem pouco eficientes.

Para elucidar esse pensamento, o texto quatro (04) toma como exemplo as políticas de combate à homofobia e as compreende como estratégias resolutivas, na medida em que estas “[...] buscam romper a invisibilidade da diversidade sexual, bem como sua visibilidade restritamente negativa, como quando ela é somente mencionada ao se abordarem temas como DSTs e aids”. (ALTMANN, 2013, p. 78).

Outro sentido identificado nos textos foi a **ausência de reconhecimento social e familiar** da sexualidade adolescente, o que leva a influenciar na percepção de risco e na adoção de práticas preventivas da população juvenil. É importante sinalizar que, de acordo com Foucault (1997), a partir do século XVIII, o sexo das crianças e adolescentes se torna foco de atenção das instituições pedagógicas. Não obstante, ser objeto de atenção não garante legitimidade à sexualidade adolescente.

Altmann (2009), no texto 13, discorre que “A não-legitimidade de determinadas formas de relação, como a entre dois “ficantes” ou entre homossexuais, pode dificultar o acesso à informação e a preservativos, assim como intervir negativamente na sua utilização”. (ALTMANN, 2009, p. 198). Nessa direção, ainda conforme o texto 13:

[...] algumas jovens têm dificuldade de acesso à informação justamente porque *a contracepção e a sexualidade é um assunto tabu nas suas famílias e demais grupos sociais*. A falta de informação afeta sua percepção do risco

de gravidez e reforça o sentimento de que essa questão não lhes diz respeito. (DURAND, 2002 apud ALTMANN, 2009, p. 192-193, grifo nosso).

As autoras do texto cinco (05), por meio de pesquisa que versou sobre sexualidade e deficiência intelectual, argumentam que “[...] falar sobre a sexualidade dos adolescentes em família é indispensável nessa fase de constantes transformações e isso não pode ser diferente quando se tratam de adolescentes com deficiência intelectual”. (LIGGIT et al., 2012, p. 473).

Cabe assinalar que no texto cinco (05), as autoras não fazem uso da categoria gênero como instrumento analítico na discussão dos seus resultados. Ancoram suas análises tendo como referência estudos que abordam a relação sexualidade e deficiência intelectual, com destaque aos mitos e discriminações que atravessam tal discussão. Pautam-se na apreensão das mães entrevistadas sobre a sexualidade de seus filhos adolescentes com deficiência intelectual. Não há, ao longo da pesquisa, destaque para o olhar que recorta a escolha do público-alvo: mulheres em exercício da maternidade. Tampouco, faz-se distinção concernente ao sexo/gênero dos/as adolescentes que compõem à unidade dos/as filhos/as. O diálogo entre a categoria deficiência com as categorias corpo, sexualidade e gênero é inexistente.

A limitação dessa compreensão, inclusive, não é uma realidade incomum, uma vez que são muitos os estudos sobre o fenômeno da deficiência que abordam isoladamente a temática, sem realizar uma discussão interseccional da deficiência. (EREVELLES, 1996; VERNON, 1999 apud MELLO; NUERNBERG, 2012). Aqui, realça-se uma posição consolidada no âmbito das Ciências Humanas e Sociais: a que reconhece a necessária articulação das categorias gênero, raça/etnia, classe social, deficiência, geração, orientação sexual, religião, entre outros marcadores, na análise dos fenômenos sociais e culturais.

A abordagem feminista interseccional se faz profícua na medida em que permite, não somente no campo dos estudos sobre deficiência, mas também no encontro com as demais categorias analíticas, o desdobramento das peculiaridades e a visibilidade das diferentes formas de opressão e vulnerabilidades nas histórias de vida e nos fenômenos sociais. Esse processo possibilita a ampliação do potencial conceitual das categorias sublinhadas e o redimensionamento das políticas públicas que se ocupam das mesmas.

Em contrapartida ao texto cinco (05), os textos quatro (04), 13 e 14 são claramente atravessados pela categoria gênero ao longo de suas exposições. Abordam e problematizam as assimetrias que marcam as relações entre homens e mulheres, reverberadas nas análises por meio de determinados aspectos, tais como: o cuidado com a saúde atribuído à mulher; a

responsabilização das mulheres na prevenção da gravidez; a medicalização do corpo feminino em detrimento do corpo masculino.

Assim, faz-se pertinente refletir acerca da importância do uso dessa categoria e suas implicações na análise do objeto de conhecimento de uma pesquisa. Margareth Rago (1998), historiadora e filósofa, aponta que o feminismo, desde seu lugar, participa de uma ampla crítica cultural, teórica e epistemológica, ao lado da Psicanálise, da Hermenêutica, da Teoria Crítica Marxista, do Desconstrutivismo e do Pós-modernismo. Trata-se de uma crítica em curso que faz resistência às categorias dominantes e suas concepções absolutizadoras e hierarquizantes na produção do conhecimento científico.

O feminismo, por perceber que não detém a linguagem num mundo masculino, luta por criar uma, ou ampliar a existente: esse é o aporte que baliza a construção de novos significados na interpretação do mundo. É a partir de uma luta política que surge uma nova linguagem, um contradiscurso feminista que, apoiando-se em suas próprias premissas, constitui-se como um campo de conhecimento: a epistemologia feminista. (RAGO, 1998).

Apoiada nesse viés, a autora dos textos 13 e 14 discute a **gravidez na adolescência** e problematiza o modo como a questão tem sido trabalhada, sendo esse outro sentido identificado. No texto 14, Altmann (2007) se utiliza de Foucault (1984) para contextualizar o papel do corpo – o biológico, o somático, o corporal – no controle da sociedade sobre os indivíduos. Assinala que “O corpo é uma realidade biopolítica e a *medicina*, o *urbanismo*, a *demografia* são estratégias biopolíticas”. (FOUCAULT, 1984 apud ALTMANN, 2007, p. 293, grifo nosso). Nesse sentido, o modo como a gravidez na adolescência é tratada socialmente está intimamente articulado aos atuais problemas populacionais. De acordo com o texto 14:

[...] quando se fala sobre a “gravidez na adolescência”, o que está em questão não é apenas o “drama” dessas jovens, sua saúde ou a suposição de que isso arruinaria suas vidas e futuros. Não se trata somente de uma questão individual: trata-se também de um problema populacional que deve ser objeto de políticas públicas. Quando a escola é convocada a intervir, ela busca intervir na vida do corpo e na vida da espécie, na saúde individual e coletiva, na vida das/os jovens, bem como na regulação e organização da população. (ALTMANN, 2007, p. 294).

Heilborn (2002) afirma que a fecundidade adolescente caminha na direção inversa da transição demográfica brasileira e, não à toa, ganha tamanha visibilidade e se torna objeto de pesquisas e políticas públicas. Em relação às mães adolescentes, é como se estivessem localizadas em uma dupla contramão: a das mudanças demográficas e da emancipação



feminina, fomentando também a indignação frente à gravidez na adolescência. (HEILBORN, 2002). Considerando tais decorrências, o texto 13 analisa que

[...] uma gravidez nessa faixa etária parece nunca ser chamada simplesmente de gravidez. Ao contrário, ela é recorrentemente adjetivada de, por exemplo, “na adolescência”, “precoce”, “indesejada”, “não planejada”, “de risco” ou “inesperada”. Cabe observar que, sendo a idade adulta o período da vida considerado ideal para gerar um filho, não se fala, por exemplo, em gravidez na idade adulta ou “gravidez na adultescência” – expressão que nem mesmo consta nos dicionários. É necessário nomear apenas o que foge à norma. (ALTMANN, 2009, p. 178).

Nos textos 13 e 14, a autora referencia Charlotte Le Van (1998) para afirmar que esse fenômeno emerge como um **problema social novo**, mesmo não sendo um fenômeno inédito em si mesmo. Utiliza a expressão ‘evolução social e cultural’ para argumentar que esta foi determinante para o delineamento desse panorama. Sublinha como exemplos a expansão do prolongamento do ensino, a inserção da mulher no mercado de trabalho e a modificação da imagem social da criança. Pontua, ainda, o papel que essas mudanças tiveram na construção de um ideal de maternidade e paternidade: ideal que denuncia certa inadequação entre juventude e gravidez. (ALTMANN, 2009; 2007).

O texto quatro 14 elucidada, contudo, que

[...] a gravidez não pode ser vista como uma realidade biológica imutável, mas antes como resultado de um processo social e cultural. Transformações sociais fizeram surgir novas imagens de mulher e de infância que contribuem para adiar a idade socialmente aceita para uma primeira gravidez. (ALTMANN, 2007, p. 296).

Conforme Heilborn et al. (2002), sociologizar o tema em pauta é importante, uma vez que discutir como esse fenômeno se modula a partir da classe social e gênero, recortes necessários para a análise do fenômeno, descortina diferentes percursos e perfis juvenis, bem como repercussões heterogêneas de uma eventual parentalidade adolescente.

As repercussões de uma gravidez na adolescência, nas biografias dos sujeitos, bem como os fatores que a estimulam ou, ao contrário, a previnem, devem ser avaliados com base nas considerações de gênero e das condições materiais e simbólicas de existência onde ela ocorre. (HEILBORN et al., 2002, p. 16).

O rótulo homogeneizador da gravidez na adolescência como um problema social encobre um leque de situações diversas. (ALTMANN, 2007; HEILBORN et al., 2002). Cabe

destacar, ainda, que são várias as instâncias que disputam a legitimidade dos significados relativos à vivência das relações afetivo-sexuais desse grupo, como família, igreja, escola e grupos de pares. Tais espaço imprimem hierarquias, regras e valores a essas relações, sendo responsáveis pela (re)produção das normas sociais.

Nesse sentido, compreende-se a gravidez na adolescência como um fenômeno que pode ser vivido de múltiplas formas, cujos contextos sociais são cruciais na definição de diferentes possibilidades e significações entre os jovens de distintas classes sociais. (AQUINO, 2003). Aqui, os discursos sobre sexualidade, adolescência e direitos reprodutivos se cruzam e se interpenetram, evidenciando a necessidade de uma análise transversal das representações por eles enunciadas.

#### 5.4 A EDUCAÇÃO SEXUAL E SEUS SENTIDOS

Embora a educação sexual esteja intimamente ligada ao núcleo temático sexualidade, sendo impraticável dissociá-la deste, opta-se, na presente análise, por delimitá-la como outro núcleo, uma vez que constitui categoria conceitual central na pesquisa aqui apresentada. Nota-se, de antemão, que esse núcleo temático é trabalhado a partir de diferentes perspectivas nos quatro (04) artigos que têm como foco a educação.

O artigo cinco (05), em divergência com os artigos quatro (04), 13 e 14, aborda a educação sexual em um contexto muito específico: o de adolescentes com deficiência intelectual, focando-a como possíveis práticas a serem adotadas, ou não, por suas mães, público constituinte da pesquisa. Nesse sentido, a educação sexual parece estar associada à **transmissão de informações**, por parte dos/as adultos/as aos/às jovens, que seriam fundamentais para o exercício da sexualidade adolescente, sendo este um sentido localizado.

De acordo com o texto cinco (05), a ausência de tais informações nesse período da vida interferiria no desenvolvimento emocional e afetivo de jovens com deficiência intelectual. Essa ideia é explicitada no seguinte trecho:

[...] a falta de informações relacionadas à educação sexual pode levar a problemas de interação social e de construção de uma identidade social, o que pode repercutir em entraves emocionais e carências afetivas que, por sua vez, estimulam o desenvolvimento de uma autoimagem distorcida, além de

crenças e de expectativas falsas. (PINEL, 1999 apud LIGGIT et al., 2012, p. 473).

O texto 13 considera a transmissão de informações um aspecto importante no tocante à educação sexual, no entanto, instiga a ampliação desse olhar ao afirmar que nem sempre as informações repassadas em sala são assimiladas pelos/as jovens, gerando dúvidas após as discussões. Desse modo, fomenta a necessidade de que tais ensinamentos sejam retomados noutros momentos das trajetórias escolares, conforme demonstra o trecho abaixo:

Parece também importante ampliar o leque de informações, incluindo, no livro didático e nas aulas, mais informações sobre pílulas anticoncepcionais injetáveis, cápsulas, anéis vaginais e a própria “pílula do dia seguinte”, além de informações sobre locais em que podem ser adquiridos, como postos de saúde, criando-se assim opções diversificadas e formas de acesso. (ALTMANN, 2009, p. 198).

Ademais, problematiza-se a questão da transmissão de informações relativas à sexualidade no âmbito jurídico, com destaque à pesquisa de Pirotta e Pirotta (2005) sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse estudo, que privilegiou a temática segundo os direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes, indicou que o ECA imprime uma interpretação negativa da sexualidade, pois limita a abordagem à prevenção do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes pelos/as adultos/as. (PIROTTA; PIROTTA, 2005).

Assim, o ECA assume um caráter protecionista que interdita e denega diversos aspectos ligados à sexualidade e à vida reprodutiva desse grupo. Além de se aproximar de uma interpretação de senso comum, corrobora com os setores mais conservadores da sociedade que omitem e negam a sexualidade adolescente. Segundo essa leitura, a ausência de referências do tema é estratégica e evidencia a persistência de padrões moralistas tanto na legislação quanto na sociedade. Fica claro, portanto, que limitar o acesso de adolescentes à educação sexual, coloca-os, paradoxalmente, em situação mais vulnerável. (PIROTTA; PIROTTA, 2005).

Retornando ao domínio escolar, o texto 14 correlaciona o provimento de informações à educação sexual, assinalando que “[...] a escola, sendo um lugar de transmissão de conhecimentos e dado o seu amplo alcance populacional, passa a ser responsabilizada por educar sexualmente os/as estudantes”. (ALTMANN, 2007, p. 301). No entanto, cabe problematizar essa afirmativa, na medida em que a díade educação/sexualidade, no imaginário

de pais, professores/as e alunos/as, configura um campo de tensão, instabilidades e, em última instância, de acentuado mal estar. (AQUINO, 1997).

Importante pontuar que a escola assume esse lugar a partir de uma construção histórica. De acordo com Souza (1997), o sexo se torna um assunto pedagógico com a criação dos primeiros liceus<sup>4</sup>. A separação entre a Igreja e o Estado, bem como a laicização progressiva da vida, impulsionaram a escola para que, pautada no controle demográfico e suas implicações econômicas, fosse convocada a enfrentar as transformações das práticas sexuais contemporâneas, principalmente na adolescência.

Mais recentemente, Lima (2009) caracteriza o papel da escola como sendo um espaço de discussão e debates, pois tem o potencial de convergir para aspectos que privilegiem a crítica à sociedade conservadora, mesmo estando articulada ao projeto societário vinculado ao Estado. Nessa perspectiva, “[...] a escola é considerada um *locus* de atuação social real, no qual as relações sociais são vastas, podendo ocorrer experiências que contribuam para a conservação ou para a emancipação humana”. (LIMA, 2009, p. 481, grifo do autor).

Não obstante, Louro (1998) observa que as concepções de gênero e sexuais que constituem as sociedades, histórica e socialmente, estão presentes, também, na instituição escolar. Por outro lado, a instituição exerce autonomia na constituição de identidades de gênero. Assim, é preciso admitir que a escola não está isenta desse teor e, como qualquer outra instância social, é um espaço sexualizado e generificado. (LOURO, 1998).

Aquino (1997) tece uma formulação que vai ao encontro dessa premissa:

[...] mesmo comumente pensada como um exercício exterior aos muros escolares, a sexualidade insiste em mostrar seus efeitos, deixar seus vestígios no *corpo* da instituição. Seria mais legítimo dizer que ela se inscreve, literalmente às vezes, na estrutura das práticas escolares. Exemplo disso? As pichações nos banheiros, nas carteiras, os bilhetes trocados, as mensagens insinuantes. O que dizer, então, dos olhares à procura de decotes arrojados, braguihas abertas, pernas descobertas? E aquele(a) professor(a), ou colega de sala, para sempre lembrado(a) como objeto de uma paixão juvenil? (AQUINO, 1997, p. 8-9, grifo do autor).

Outro sentido identificado é a predominância de um **caráter regulador** na educação sexual com adolescentes. Isto se evidencia no texto cinco (05), especificamente ao apontar que as condutas das mães em relação a seus filhos são marcadas por proibições e repressões que, aliadas ao comportamento de superproteção, reverberam na infantilização e isolamento social daqueles. De acordo com o trecho:

---

<sup>4</sup> Estabelecimento oficial de ensino secundário que dava acesso à universidade.

Além disso, por muitas vezes ignorarem a sexualidade de seus filhos, as citadas mães não prestam nenhum tipo de educação a respeito e ainda se surpreendem quando os pegam sexualmente excitados, atribuindo este comportamento inapropriado à sua deficiência intelectual [...]. (LIGGIT et al., 2012, 473).

Vale destacar que silenciar sobre a sexualidade adolescente, negar sua existência, também é um modo de gerenciá-la. O texto quatro (04) retoma uma citação bastante contemplativa desse cenário, ilustrada por Foucault (1997):

[...] em nossa sociedade, fala-se publicamente do sexo “como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. *O sexo não se julga apenas, administra-se*”. (FOUCAULT, 1997, p. 27 apud ALTMANN, 2013, p. 73, grifo nosso).

O tom repressor que atravessa a temática comporta vestígios históricos. Segundo Foucault (1976), a escola passou a falar do sexo no tocante à vigilância constante da criança, ao confinamento da infância nas escolas, à separação entre os sexos, à arquitetura escolar e ao combate sem tréguas à masturbação. O discurso médico da sexualidade, tão repercutido e reproduzido na escola, é que vincula o tema à função reprodutora. (SOUZA, 1997).

Ainda conforme o texto quatro (04):

Estratégias pedagógicas foram criadas de modo a administrar a sexualidade e a vida social. Assim, as intervenções sobre a sexualidade na escola passaram por diferentes focos de atenção, como o onanismo, as DSTs, a aids, a chamada gravidez na adolescência e agora o respeito à diversidade sexual. (ALTMANN, 2013, p. 73).

Nesse sentido, fica claro que os artigos que têm como foco a educação tecem críticas às tentativas de normatização e regulação da sexualidade adolescente, tanto na cena familiar quanto no espaço escolar. Atenta-se à relevância do tema sob a perspectiva dos direitos humanos, de modo a compreender os/as jovens como sujeitos de direitos e não como meros objetos de políticas de saúde e educação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sexual com adolescentes na área da educação, como campo de saber teórico-prático, não se destaca nas produções acadêmicas e científicas se comparada a outros temas. Dos 18 artigos que trazem a discussão e que foram trabalhados ao longo desta pesquisa, apenas três (03) figuram em periódicos das ciências da educação, sendo que um (01), não obstante sua publicação constar em periódico das ciências sociais e humanas, pauta seu objeto de pesquisa pelo viés da educação, sendo as/os autoras/es educadoras/es minoria nas publicações relativas ao tema.

Cabe a reflexão: O que esse cenário aponta? Quais as sutilezas imbricadas nesses resultados? As/os educadoras/es estão deixando de produzir em detrimento de outras perspectivas mais consolidadas e, logo, mais aceitas? Quais as repercussões acadêmicas e sociais da ausência de pesquisas na área da educação sobre educação sexual com adolescentes? Como estas incidem na sociedade? Quais as condições materiais e políticas que as/os educadoras/es têm, na atualidade, para produzir conhecimento?

Cabe assinalar que as áreas da educação e da psicologia, em virtude da natureza de suas profissões, ganham especial relevo nessa temática, dado que agregam recortes diversificados a partir de outros pilares epistemológicos e conceituais. Pilares estes que resistem e contrastam o discurso hegemônico da biomedicina. Este, por meio de distintas roupagens, inclusive sob a ótica da prevenção, acaba por produzir concepções normativas da sexualidade adolescente. Concomitante, as áreas da enfermagem e da medicina recaem numa perspectiva biologicista e norteadas pelos indicadores de saúde.

Merece destaque a presença da mesma autora (Helena Altmann) na maioria dos artigos. Estes têm como foco o acesso à sexualidade e seus conteúdos na educação segundo a perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos dos/as adolescentes. Neste trabalho, autora e suas produções foram utilizadas tanto como aporte teórico quanto como objeto de pesquisa. A trajetória intelectual e científica de Altmann permitiu essa abertura.

Por fim, os resultados apresentados problematizam a suposição circunscrita inicialmente: a educação sexual com adolescentes está intimamente vinculada a noções de enquadramento e vigília da sexualidade, embora esta leitura não esteja superada.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. A sexualidade adolescente como foco de investimento político social. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 46, p. 287-310, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982007000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200012)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

ALTMANN, Helena. Educação sexual em uma escola: da reprodução à prevenção. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 175-200, apr. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000100009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000100009&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 13 ago. 2016.

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 69-82, apr. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872013000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000100004)>. Acesso em: 13 ago. 2016.

ALVES, Camila Aloisio; BRANDÃO, Elaine Reis. Vulnerabilidades no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes e jovens: interseções entre políticas públicas e atenção à saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 661-670, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000200035](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000200035)>. Acesso: 15 jun. 2016.

ALVES, Joana Margarida Pimentel Mateus. O que eu faço tem valor: discutindo o cuidado familiar e o reconhecimento. **Ex aequo**, Lisboa, n. 30, p. 97-111, dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-55602014000200008&lang=pt](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602014000200008&lang=pt)>. Acesso em: 20 nov. 2016.

AQUINO, Julio Groppo. (Org.) **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

AQUINO, Estela Maria Motta Lima Leão de; et al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 2, p. 377-388, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2003000800019&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2003000800019&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 30 out. 2016.

AQUINO, Estela Maria Motta Lima Leão de; et al. Gravidez na adolescência: a heterogeneidade revelada. In: **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006. p. 309-360.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARRETO et al., **Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais – Dimensão Conceitual**. In: Especialização EaD em gênero e diversidade na escola: Livro V, Módulo V e VI / Miriam Pillar Grossi [et al.]. Tubarão: Ed. Copiart, 2015.

BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na Adolescência: um Balanço Bibliográfico. In: **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006, p. 61-92.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.

BRETAS, José Roberto da Silva; SILVA, Conceição Vieira da. Orientação sexual para adolescentes: relato de experiência. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 326-333, set. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002005000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002005000300015)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CARVALHO, Cíntia de Sousa et al. Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves. **Psicol. clín.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 69-88, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652012000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652012000100006)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

COLETO, Maytê Gouvea. **Abordagens dos Direitos Reprodutivos em Materiais Didáticos para a Formação Continuada de Educadoras(es): uma análise a partir dos editais da SECAD**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, São Paulo. 2012.

DIAS, Ana Cristina Garcia; GOMES, William B.. Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 4, n. 1, p. 79-106, jun. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X1999000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1999000100006)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

FERREIRA, Maria Margarida da Silva Reis dos Santos; TORGAL, Maria Constança Leite de Freitas Paúl Reis. Estilos de vida na adolescência: comportamento sexual dos adolescentes portugueses. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 589-595, jun. 2011.



Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342011000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000300006)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GARCIA, Olga Regina Zigelli. **Sexualidades femininas e prazer sexual: uma abordagem de gênero**. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2007.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero, Sexualidade e Saúde. In: **Saúde, Sexualidade e Reprodução: compartilhando responsabilidades**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997, p. 101-110. Disponível em: <[https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/385804/mod\\_resource/content/1/HEILBORN.%20G%C3%AAnero%2C%20sexualidade%20e%20sa%C3%BAde..pdf](https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/385804/mod_resource/content/1/HEILBORN.%20G%C3%AAnero%2C%20sexualidade%20e%20sa%C3%BAde..pdf)>. Acesso em: 29 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística do Registro Civil** (vol. 29). Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

LITTIG, Patrícia Mattos Caldeira Brant; et al. Sexualidade na deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 18, n. 3, p. 469-486, sept. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382012000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000300008)>. Acesso em: 13 ago. 2016.

LIMA, Antônio Bosco de. Estado, educação e controle social: introduzindo o tema. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)*, Porto Alegre: ANPAE, v. 25, n. 3, p. 473– 488, abr. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19661/11459>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, D. E. E. (Org). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos Educação Básica).

MACEDO, Senei da Rocha Henrique; et al. Adolescência e sexualidade: scripts sexuais a partir das representações sociais. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 66, n. 1, p. 103-109, feb. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672013000100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000100016)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; et al. Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 151-156, mar. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722012000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000100017)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

MARCONDES, Mariana Mazzini; YANNOULAS, Silvia Cristina. Práticas sociais de cuidado e a responsabilidade do estado. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 13, p. 174-186, jan-jul. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/viewFile/14222/8150>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; et al. Sexualidade na adolescência: mitos e tabus. **Cienc. enferm.**, Concepción, v. 18, n. 3, p. 25-37, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0717-95532012000300004](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-95532012000300004)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; SOUZA; Solange Pires Salomé de. Adolescente e Sexualidade: as possibilidades de um projeto de extensão na busca de uma adolescência saudável. **Av. Enferm.**, Bogotá, v. 31, n. 1, p. 170-176, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v31n1/v31n1a16.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300003/23816>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MORAES, Silvia Piedade de; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 48-52, fev. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-42302012000100014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302012000100014)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

SAMPAIO, Juliana et al. Gênero, sexualidade e práticas de prevenção das DST/Aids: produções discursivas de profissionais da saúde da família e de adolescentes do Vale do São Francisco. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 173-187, fev. 2010. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872010000200012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000200012)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

PEDREIRA, Carolina Souza. Sobre mulheres e mães: uma aproximação à teoria do cuidado. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, 2008, Florianópolis. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8**, 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST58/Carolina\\_Souza\\_Pedreira\\_58.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST58/Carolina_Souza_Pedreira_58.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2016.

PEREIRA, Sônia; MATOS, Margarida Gaspar de; LEAL, Isabel. Iniquidade, Etnicidade e Educação Sexual. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 12, n. 1, p. 77-90, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36222221001>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

PIROTTA, Wilson Ricardo Buquetti; PIROTTA, Kátia Cibelle Machado. Relações de gênero e poder: o adolescente, os direitos reprodutivos e os direitos sexuais no estatuto da criança e do adolescente. In: ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira; ALVARENGA, Augusta Thereza de; VASCONCELLOS, Maria da Penha. (Orgs.) **Jovens, trajetórias, masculinidades e direitos**. São Paulo: FAPESP/EDUSP, 2005.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, aug. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722007000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000200005)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam. (orgs.) **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: <[http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia\\_feminista.pdf](http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2016.

RIOS, Luís Felipe et al. Rumo à adultez: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 22, n. 57, p. 45-61, ago. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622002000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622002000200004)>. Acesso em: 02 jun. 2016.

SAITO, Maria Ignez; LEAL, Marta Miranda. Adolescência e contraceção de emergência: Fórum 2005. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 180-186, jun. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-05822007000200014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822007000200014)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

SEHNEM, Graciela Dutra; et al. A construção da sexualidade de estudantes de enfermagem e suas percepções acerca da temática. **Cienc. enferm.**, Concepción, v. 20, n. 1, p. 111-121, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0717-95532014000100010](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-95532014000100010)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes sociais no Brasil**: um estudo a partir das Pnads. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

SOUSA, Leilane Barbosa de; FERNANDES, Janaína Francisca Pinto; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 408-

413, dec. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002006000400007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002006000400007&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Sexo é uma coisa natural? A contribuição da psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: AQUINO, Julio Groppo. (Org.) **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

UNAIDS. Disponível em: <<http://unaid.org.br/estatisticas/>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

ZUCCO, Luciana Patrícia; GARCIA, Olga Regina Zigelli. **Interfaces entre sexualidade e saúde sexual e reprodutiva**. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

ZUCCO, Luciana Patrícia; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Sexualidade feminina em revista(s). **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 13, n. 28, p. 43-54, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832009000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832009000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 01 nov. 2016.